

MANIFIESTO

Os últimos 30 anos tiveram um profundo impacto no desenvolvimento sociopolítico do ocidente, de tal forma que ainda hoje, em 2022, estamos sentindo suas ondas de choque. Desde a publicação da tese (agora infame) do filósofo e economista estadunidense Francis Fukuyama sobre o papel das democracias liberais, elas vêm sendo confrontadas com ataques e ameaças fascistas, cada vez mais normalizadas e incorporadas no discurso hodierno.

Em *The End of History and the Last Man* (1992), Fukuyama defende, em um contexto de fim da Guerra Fria e colapso do bloco oriental de influência soviética, que a vitória das democracias liberais seria o apogeu do desenvolvimento político humano – e, por isso, a história enquanto movimento de progressão e de progresso teria chegado ao seu final. Chegada a sociedade ao seu (aparente) ápice, então, Fukuyama aponta um efeito colateral interessante no campo das narrativas, ainda que de forma acidental: uma vez que vivemos no melhor dos mundos possíveis (conforme sua tese), estaríamos impossibilitados de sonhar mundos ainda melhores e, assim, limitados à criação de mundos necessariamente piores, em maior ou menor grau, do que a realidade. Traduzindo para os temas que compõem este dossiê de *Tenso Diagonal*, Fukuyama associa as democracias liberais à materialização bem-sucedida Exemplo da utopia e, conseqüentemente, limita a imaginação artística humana ao campo das distopias.

Por óbvio, sabemos que Fukuyama estava errado –e muito!– sobre a qualidade do espaço político em que vivemos. Depois de uma série de experiências democráticas progressistas de esquerda em diversos países do mundo (e, em especial, na América Latina), estamos vivenciando uma reação sob a forma da ascensão de partidos e políticos de extrema-direita cujos discursos têm encontrado eco em uma parcela assustadora da sociedade. A impressão de que estamos vivendo em uma distopia (ou mesmo em um espaço pós-apocalíptico) torna o presente dossiê mais do que somente uma leitura orientada de textos literários: ele passa a ser um documento importante da evi-

denciação da fragmentação política dos dias de hoje. E, além disso, nos mostra que a literatura tem não somente um poder premonitório (através dos exercícios de imaginação humana que ela oferece) mas, especialmente, nos apresenta um retrato enquanto sintoma amparado por angústias cronotópicas. Exemplo do potencial premonitório da literatura pode ser visto no gênero, por muitos ainda considerado menor, da ficção científica.

Distopias e ficção científica partilham de origens comuns. Fruto das múltiplas descontinuidades geradas pelo desenvolvimento político e tecnológico na Europa da virada do século XIX para o século XX –momento que chamamos de modernismo– a ficção científica propõe uma atualização do ideal utópico para traduzir as angústias do homem moderno. Foi H.G. Wells que, em 1905 com seu romance *A Modern Utopia*, aproxima aqueles dois gêneros. Nele, o leitor segue o estranhamento de duas personagens (apenas identificadas como “o botânico” e “o Dono da Voz”) que, após caírem em um vértice espacial-temporal, se veem em uma Terra governada por um modelo denominado de Samurai, onde o governo de um único estado mundial se propõe a legislar a partir de um modelo de estado dinâmico para combinar progresso com estabilidade política. No entanto, aos poucos, o que vemos é que o modelo utópico criado por Wells assemelha-se muito com aquele modelo distópico do Estado-Mundial apresentado por Aldous Huxley em *Brave New World* (1931), onde a promessa de estabilidade é gerada em troca da entrega das liberdades individuais pelo bem do progresso científico e tecnológico. Vemos, então, que estabelecemos, desde sempre, uma relação ambivalente com o conforto e o progresso que buscamos através da ciência: desde *Frankenstein* (1818), de Mary Shelley, os humanos buscamos, com consequências normalmente desastrosas, sermos nossos próprios deuses.

Assim, é possível afirmar que tanto a distopia quanto a ficção científica apontam não para realidades meramente imaginadas, distantes e irrealizáveis, mas, sim, para as possibilidades interpretativas da nossa própria realidade. E é assim que os convidamos a ler os artigos que compõem o presente dossiê. Em “O Conto da Aia e Os Testamentos: da repressão à resistência das mulheres em Gilead”, Mirella Moraes Borba analisa, através do uso das teorias de análise do discurso de Michel Pêcheux, de que formas a resistência à sociedade opressora criada por Margaret Atwood se vincula às noções de assujeitamento e interpelação, explicitando questões de classe e gênero como basilares para a constituição de distopias.

Também tida como uma forma cultural de resistência, a contação de histórias é o foco do artigo de Melissa Cristina Silva de Sá, “A figura do contador de histórias em distopias do século XXI escritas por mulheres”. Nele, a autora foca nos romances *MaddAddam*, também de Margaret Atwood, *The Telling*, de Ursula K. LeGuin e *Who fears Death*, de Nnedi Okorafor, para questionar as noções de verdade absoluta, mas, também, para explorar como a contação de histórias pode construir novas e variadas formas de bem-viver em sociedades de pesadelo.

A noção de pesadelo como elemento definidor das distopias é articulada a partir da dimensão espacial como materialização de práticas sociais e políticas. Este é o foco de “O espaço social distópico em *Jogos Vorazes*: uma leitura a partir de Henri Lefebvre”, de Jean Fabrício Lopes Ferreira. Neste artigo, o autor se utiliza das noções de espaço desenvolvidas pelo crítico marxista francês para expor como o romance distópico infanto-juvenil de Suzanne Collins articula interrelações entre o Panem, o estado do romance, e os Estados Unidos como um espaço forjado por modelos capitalistas de exploração do trabalho. O mesmo romance também é o objeto da análise proposta por Laura Silva de Souza, “Violência, espetáculo e resistência em *Jogos Vorazes*”, onde a noção de sociedade-espetáculo, outro elemento constitutivo da sociedade estadunidense, também é um pilar importante na construção de distopias contemporâneas.

Como vemos, a relação com a história é fundamental para a criação e o entendimento de narrativas distópicas e momentos-limite na história recente de países da América Latina também constituem material para a explicitação distópica. Os horrores do período ditatorial brasileiro, negados nos últimos anos pelo governo de extrema-direita que insiste em destruir as conquistas da nossa democracia jovem, são usados como um espaço pós-apocalíptico e analisados por Jade Bueno Arbo no artigo “*Sob os Pés, Meu Corpo Inteiro*, de Marcia Tiburi: uma reflexão sobre distopias passadas, presentes e futuras”, onde o romance escrito pela filósofa brasileira, forçada ao autoexílio desde a ascensão de Jair Bolsonaro, revisita as ondas de impacto do passado no presente, mostrando a importância de entendermos a história como um contínuo movimento pendular entre extremos.

Os referenciais teóricos que permitem a materialização de todas as leituras de romances distópicos apresentadas até aqui mostram que não há como distanciar passado e presente em construções narrativas de futuro. Luiz Felipe Voss Espinelly oferece, em seu artigo “O anti-herói rebelde e a sociedade de controle em *O concorrente* (1982), de

Stephen King escrevendo como Richard Bachman”, uma leitura do romance de ficção científica à luz do mito de Prometeu, semideus grego punido eternamente por ter furtado dos deuses do Olimpo o fogo do conhecimento e o entregue aos humanos e como o arquétipo do anti-herói permanece atual no tropo da ficção científica contemporânea.

Esperamos que o conjunto de artigos aqui atinja o seu objetivo: de evidenciar que a literatura é ainda mais importante em momentos de crise social, econômica e política justamente quando se alimenta destas crises para que possamos, enquanto sociedade, não ter momentos de escape fantasioso, mas, sim, ferramentas para a superação dos momentos de angústia.

Eduardo Marks de Marques

Eugênia Adamy Basso

Luana de Carvalho Krüger

Universidade Federal de Pelotas, Brasil.